



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27/11/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 25

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 27/11/2017

ATA Nº 25

----- Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 13 de novembro de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo, que vai decorrer hoje, na Câmara Municipal, uma reunião técnica, com representantes da Ordem dos Arquitetos e a CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no âmbito da coordenação dos trabalhos relativos à edificação de primeiras habitações no Concelho de Pampilhosa da Serra, destruídas pelos incêndios de Junho a Outubro de 2017, nomeadamente nas freguesias de Fajão-Vidual e Pampilhosa da Serra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo que foi convidado para participar no programa da SIC “Expresso da Meia Noite”, realizado no dia 24 de novembro, cujo tema era “Revitalizar o Interior”. No referido programa, participaram o Ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita, a Reitora da Universidade de Évora, Ana Costa Freitas, o Presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira e o Presidente da Câmara de Pampilhosa da Serra José Brito.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Encontrando-se de visita à Pampilhosa da Serra, o Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Doutor António Henriques Gaspar, esteve presente na Sala de Reuniões da Câmara Municipal a apresentar cumprimentos. -----

1.1.2 - INFORMAÇÕES DOS SENHORES VEREADORES

----- O Senhor Vereador Carlos Manuel Nunes Alegre informou o restante Executivo, que, no dia 19 de novembro, esteve presente num evento realizado na Voz do Operário, em Lisboa, promovido por uma comissão representativa de catorze associações regionalistas de Fajão-Vidual e da União e Progresso de Vale Derradeiro, da freguesia de Cabril, no âmbito de ações de solidariedade para com as vítimas dos incêndios em Pampilhosa da Serra. -----

----- Também no mesmo âmbito, esteve presente, no dia 25 de novembro, numa Gala de Fado Solidária, promovido pela Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense, em Alverca. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.3 - Comissão de Melhoramentos do Esteiro - Convite

----- Foi presente um e-mail da Comissão de Melhoramentos de Esteiro, a formular convite ao Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, para o almoço de Natal, a realizar na Casa de Convívio do Esteiro, no dia 9 de dezembro. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - Protocolo de Colaboração Técnica - Entre Fundo Ambiental e Município de Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira, celebrado no dia 20 de novembro de 2017, em Figueiró dos Vinhos, entre o Fundo Ambiental e o Município de Pampilhosa da Serra, que tem por objeto regular os termos da colaboração a prestar entre o Fundo Ambiental e o Município de Pampilhosa da Serra, relativamente à concretização das medidas das tipologias constantes do Anexo I, para as Fases 1 (Garantir o escoamento nas linhas de água) e 2 (Minimizar a erosão e o arrastamento dos solos), a realizar durante os anos de 2017 e 2018, respetivamente. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 – Comunicação de António Reis – Centro Social de S. Jorge da Beira - Campanha Amigos Solidários – 2017

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade remeter o assunto em apreço para o Gabinete Jurídico da Autarquia a fim de emitir parecer. -----

3 – DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 23 de novembro de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.011.180,63 € (dois milhões onze mil cento e oitenta euros e sessenta e três cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 171.893,04 € (cento e setenta e um mil oitocentos e noventa e três euros e trinta e um cêntimos), num total de 2.193.209,40 € (dois milhões cento e noventa e três mil duzentos e nove euros e quarenta cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 – APESB – Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental - Quota 2017

----- Sendo membro Coletivo da APESB – Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

pagamento da quota anual referente a 2017, no valor de 100,00 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Pagamento do FAM - Fundo de Apoio Municipal

----- No âmbito do disposto no n.º 4 do artº 17º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, transferir para o FAM - Fundo de Apoio Municipal, o montante de 31.583,00 € (trinta e um mil quinhentos e oitenta e três euros), através de transferência bancária. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

4.1.1 - Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo - ofício da ex-cessionária

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *"Na sequência do Despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 12/10/2017, ratificado por deliberação tomada em reunião ordinária pela Câmara Municipal, realizada em 30/10/2017, em que determinava a notificação à ex-cessionária do citado Parque para proceder à reparação e / ou substituição dos bens e equipamentos, propriedade do Município, e proceder à reposição dos bens em falta (discriminados e identificados nos Autos de Vistoria) bem como atestar o reservatório da caldeira de aquecimento do Parque de Campismo, tendo sido estabelecido o prazo de 10 dias úteis, devendo para o efeito, previa e atempadamente, informar o Município das datas (dias úteis) em que pretendia efetuar as reparações / substituições, para que um técnico do Município facilitasse o acesso ao "Bar da Praia" e ao Parque de Campismo. -----*

----- *Findo tal prazo, o Município promoverá a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à aquisição e reparação dos bens em questão (discriminados e identificados nos Autos de Vistoria), correndo os respetivos custos pela ex-cessionária. Podendo nessa sequência, ser utilizado o valor de caução para os liquidar no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo Município. -----*

----- *Assim, foi a ex-cessionária notificada do Despacho supra citado em 13/10/2017, por n/referência nº 3602, por carta registada com aviso de receção, do teor do mesmo. -----*

----- *Consequentemente, a ex-cessionária agendou para dia 27/10/2017, para dar cumprimento à notificação rececionada, tendo os técnicos do Serviço de Fiscalização do Município de Pampilhosa*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

da Serra, deslocados ao local, para conjuntamente e a fim de cumprir e proceder à receção dos bens em falta e / ou reparações ou substituições de outros, discriminados nos Autos de Vistoria realizados no dia 3/10/2017, bem como atestar o reservatório da caldeira de aquecimento. -----

----- Resulta dos Autos de Receção adicional dos bens constantes do Anexo I e II, que faz parte integrante do contrato em questão, que foram rececionados os bens discriminados nos Autos de Receção adicional do Anexo I e II, não tendo sido efetuadas quaisquer reparações e / ou correções da parte da ex-cessionária, bem como não foi atestado o reservatório da caldeira de aquecimento. Nesta sequência, foi subscrito pela ex-cessionária do Parque de Campismo de Janeiro de Baixo, Nádía Filipa Ramos Alves, um ofício com registo de entrada nº 13008, datado de 9/11/2017, dirigido a esta Autarquia, cujo assunto se refere aso Autos de Vistoria e Entrega do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio e Polidesportivo.

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, não imputar à ex-cessionária, para efeitos de elaboração de orçamento, os bens seguintes: -----

- 1 - telha do beirado partida; -----
- 2 - caldeira amolgada; -----
- 3 - rede de vedação do Parque de Campismo; -----
- 4 - máquina de café do Bar e moinho do Bar; -----

----- Mais deliberou imputar à ex-cessionária, para efeitos de orçamento, todas as falhas, incorreções e / ou reparações constantes dos Autos de Vistoria e Entrega de Estabelecimento, realizados em 3/10/2017, com a exceção dos bens móveis discriminados nos Autos de Receção Adicionais.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Auto de Vistoria e Entrega de Estabelecimento do Bar da Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do pedido de cedência de utilização gratuita de espaço, localizado junto à Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra, pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra e em cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária pela Câmara Municipal realizada em 12/06/2017, em que foi deliberada a cedência do uso, gratuito, do bem imóvel/instalações daquele espaço, melhor identificado na planta anexa à presente (Anexo I). -----

----- Atendendo ao Protocolo de Colaboração de Cedência do Uso de Bem Imóvel/Instalações, localizado junto à Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra, designado “Bar da Praia Fluvial”, celebrado pelo prazo de três meses (julho, agosto e setembro de 2017), entre o Município de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra. -----

----- Do Protocolo de Colaboração faz parte integrante os bens imóveis, constantes do Anexo II, património do Município. -----

----- Considerando que a vigência do Protocolo em questão, cessou em 30 de setembro de 2017 (...) no dia 19/10/2017, pelas 16:00 horas, procedeu-se a Vistoria conjunta (técnicos do Município na presença do Sr. Presidente da Direção da A.H.B.V.P.S) e foi verificado que o espaço se encontrava limpo e devoluto de bens pertencentes à Associação; Mais verificaram que o imóvel em si encontrava-se em razoável estado de conservação, atendendo às deteriorações inerentes a uma normal utilização do mesmo. -----

----- Verificaram, ainda, que não existiam falhas, incorreções e/ou reparações a efetuar pela Associação em questão, nos bens móveis e que os mesmos encontravam-se em estado razoável de conservação e funcionamento. -----

----- Da referida Vistoria, foi lavrado o Auto de Vistoria e Entrega do Estabelecimento, anexo à presente informação." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a receção e entrega do espaço localizado junto à Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra, designado "Bar da Praia Fluvial". -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.3 - Coeficiente de atualização das rendas a vigorar para o ano de 2018

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em conta a publicação em Diário da República, com data de 25/09/2017, com o Aviso nº 11053/2017, do INE, sobre o coeficiente de atualização das rendas dos diversos tipos de arrendamento, em que foi fixado o valor de € 1,0112, a vigorar no ano civil de 2018, informo o seguinte: -----

----- Considerando que, os contratos de arrendamento celebrados entre o Município e as empresas instaladas nas Frações dos Pavilhões I e II da Zona Industrial do Alto das Aldeias, da Fração A do Pavilhão de Portela de Unhais, dos Contratos de Cessão de Exploração, do Protocolo celebrado com a Oryzon Energias, S.A., do Contrato de Arrendamento Urbano, sito na freguesia de Pampilhosa da Serra, em nome do senhor José Augusto Lopes Batista e do Contrato de Arrendamento Urbano, sito na freguesia de Fajão-Vidual, em nome de Maria Laurinda Paixão, bem como do Contrato de Arrendamento Urbano em nome de Elizabeth Ruth Warner, sito na freguesia de Portela do Fojo-Machio que respeitam à atualização da renda, indexada ao coeficiente de atualização anual, pelo período de um ano, contado a partir do mês da data aniversária dos contratos; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Atendendo a que, os contratos de arrendamento do Município foram celebrados ao abrigo do disposto nos artigos 24º e 25º da Lei nº 6/2006 de 27 de fevereiro, na sua versão atualizada e do disposto no artigo 1077º do Código Civil, bem como o nº 5 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 294/2009 de 13 de outubro, em que a atualização das rendas é anual e de acordo com o coeficiente estabelecido pelo INE; -----

----- Apresentam os serviços, um quadro com os atuais valores e o acréscimo do montante das rendas para 2018, que fica anexo à presente ata. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aplicar o coeficiente de atualização das rendas constante da informação, para o ano de 2018. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 - OBRAS PÚBLICAS

6.1.1 - Processo de expansão da Rede Piloto MOBLE - Posto de carregamento em Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- “ Através do ofício refº 186/2017/AV de 09/09/2017 registado no Município em 19/09/2017 sob o nº 1578, a MOBLE, S.A, na qualidade de entidade gestora da rede de mobilidade elétrica, veio informar que o Município de Pampilhosa da Serra integrará a 2ª fase da Rede Piloto de carregamento. -----

----- Assim, vem propor a colaboração do Município solicitando, de forma resumida, o seguinte:

----- 1) Definição d localização do posto de carregamento com duas tomadas de 22 KVV ao qual deverão estar associados dois lugares de estacionamento de preferência perpendiculares à via pública; -----

----- 2) Que a localização seja preferencialmente a menos de 30 ml de um armário ou PT da EDP onde seja disponibilizada uma potência de 46 KVA; -----

----- 3) Que o Município solicite à EDP a baixada de ligação; -----

----- 4) Que suporte os custos de energia até à entrada em funcionamento da fase de mercado dos postos que estimam acontecer até meados de 2018; -----

----- 5) Que efetue seguro de responsabilidade civil e suporte os seus custos até à entrada em



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

funcionamento da fase de mercado dos postos que estimam acontecer até meados de 2018; -----

----- 6) *Que emita licença de utilização de domínio público, a título gratuito, pelo prazo mínimo de 5 anos que abranja os equipamentos e os lugares de estacionamento afetos ao posto de carregamento; -----*

----- 7) *Que emita as licenças necessárias à execução do posto de carregamento e instalação de todos os equipamentos; -----*

----- 8) *Que assuma o compromisso de implementar iniciativas e medidas de discriminação positiva da mobilidade elétrica, nomeadamente isenção nas tarifas de estacionamento, aquisição de viaturas elétricas pelo Município e Juntas de Freguesia, etc; -----*

----- *Dado o conjunto de encargos que tal colaboração exige do Município, julga-se adequado que o presente assunto seja apreciado e votado em reunião de Câmara com análise detalhada do documento recebido. -----*

----- *Mais se propõe que o referido posto seja instalado na Praça Dr. José Henriques da Cunha, de acordo com a localização assinalada na planta anexa. -----*

----- *No que respeita à disponibilidade de potência pela EDP, verifica-se que existe um armário de distribuição a cerca de 15 ml, sendo que oportunamente será solicitado à EDP qual a potência que poderá vir a ser viabilizada para o local." -----*

----- *Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*

----- *Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

6.1.2 – Projeto das redes públicas de distribuição e drenagem de águas residuais domésticas Póvoa

- Aprovação de projeto e orçamento base

----- *Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----*

----- *“ A povoação da Póvoa não está servida por recolha e tratamento de efluentes domésticos. --*

----- *Ao longo dos tempos têm-se verificado diversos e continuados problemas com as fossas individuais existentes. -----*

----- *Paralelamente a esta situação surge a necessidade de reestruturar e reabilitar a rede pública de distribuição de água e que, por questões de operacionalidade, será de todo conveniente executar em simultâneo. -----*

----- *Neste sentido e dado que é objetivo do Município aumentar a taxa de cobertura de saneamento e garantir sempre as boas condições de fornecimento e qualidade da água da rede pública, foi elaborado o projeto da rede de distribuição de água, drenagem e tratamento de esgotos domésticos. -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O projeto e o orçamento estimativo (orçamento base de concurso), que se anexam, estão elaborados de acordo com os condicionalismos existentes no local e tendo em consideração a procura da solução economicamente mais vantajosa para o Município, sem descurar a vertente técnica, tecnológica e ambiental. -----

----- O orçamento base do projeto importa no valor de 452.704,78 €, acrescido de IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de 479.867,07 €. -----

----- Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 365 dias. -----

----- O projeto foi objeto de emissão de parecer pela Agência Portuguesa do Ambiente em 14/11/2017, onde é referido que as infraestruturas são necessárias face à ausência de sistema de tratamento e que constituem um investimento para o cumprimento dos objetivos definidos para as massas de água. -----

----- Face ao atrás exposto, proponho a apreciação e aprovação do citado projeto e orçamento base, bem como a elaboração de uma candidatura ao aviso POSEUR-12-2017-26. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o citado projeto e orçamento base, bem como a elaboração de uma candidatura ao aviso POSEUR-12-2017-26. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.3 – Projeto das redes públicas de distribuição e drenagem de águas residuais domésticas_Amoreira

– Aprovação de projeto e orçamento base

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- “ As povoações de Amoreira Cimeira, Amoreira do Meio e Amoreira Fundeira não estão servidas por recolha e tratamento de efluentes domésticos. -----

----- Ao longo dos tempos têm-se verificado diversos e continuados problemas com as fossas individuais existentes. -----

----- Paralelamente a esta situação surge a necessidade de reestruturar e reabilitar a rede pública de distribuição de água e que, por questões de operacionalidade, será de todo conveniente executar em simultâneo. -----

----- Neste sentido e dado que é objetivo do Município aumentar a taxa de cobertura de saneamento e garantir sempre as boas condições de fornecimento e qualidade da água da rede pública, foi elaborado o projeto da rede de distribuição de água, drenagem e tratamento de esgotos domésticos. -----

----- O projeto e o orçamento estimativo (orçamento base de concurso), que se anexam, estão



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

elaborados de acordo com os condicionalismos existentes no local e tendo em consideração a procura da solução economicamente mais vantajosa para o Município, sem descurar a vertente técnica, tecnológica e ambiental. -----

----- O orçamento base do projeto importa no valor de 1.423.881,99 €, acrescido de IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de 1.509.314,91 €. -----

----- Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 365 dias. -----

----- O projeto foi objeto de emissão de parecer pela Agência Portuguesa do Ambiente em 14/11/2017, onde é referido que as infraestruturas são necessárias face à ausência de sistema de tratamento e que constituem um investimento para o cumprimento dos objetivos definidos para as massas de água. -----

----- Face ao atrás exposto, proponho a apreciação e aprovação do citado projeto e orçamento base, bem como a elaboração de uma candidatura ao aviso POSEUR-12-2017-26. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o citado projeto e orçamento base, bem como a elaboração de uma candidatura ao aviso POSEUR-12-2017-26. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.1.4 – Projeto das redes públicas de distribuição e drenagem de águas residuais domésticas_Pessegueiro

- Aprovação de projeto e orçamento base

----- Foi presente uma informação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- “ As povoações de Pessegueiro de Cima e Pessegueiro de Baixo não estão servidas por recolha e tratamento de efluentes domésticos. -----

----- Ao longo dos tempos têm-se verificado diversos e continuados problemas com as fossas individuais existentes. -----

----- Paralelamente a esta situação surge a necessidade de reestruturar e reabilitar a rede pública de distribuição de água e que, por questões de operacionalidade, será de todo conveniente executar em simultâneo. -----

----- Neste sentido e dado que é objetivo do Município aumentar a taxa de cobertura de saneamento e garantir sempre as boas condições de fornecimento e qualidade da água da rede pública, foi elaborado o projeto da rede de distribuição de água, drenagem e tratamento de esgotos domésticos. -----

----- O projeto e o orçamento estimativo (orçamento base de concurso), que se anexam, estão elaborados de acordo com os condicionalismos existentes no local e tendo em consideração a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

procura da solução economicamente mais vantajosa para o Município, sem descurar a vertente técnica, tecnológica e ambiental. -----

----- O orçamento base do projeto importa no valor de 964.863,35 €, acrescido de IVA à taxa de 6%, perfazendo o valor total de 916.755,15 €. -----

----- Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 365 dias. -----

----- O projeto foi objeto de emissão de parecer pela Agência Portuguesa do Ambiente em 14/11/2017, onde é referido que as infraestruturas são necessárias face à ausência de sistema de tratamento e que constituem um investimento para o cumprimento dos objetivos definidos para as massas de água. -----

----- Face ao atrás exposto, proponho a apreciação e aprovação do citado projeto e orçamento base, bem como a elaboração de uma candidatura ao aviso POSEUR-12-2017-26. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o citado projeto e orçamento base, bem como a elaboração de uma candidatura ao aviso POSEUR-12-2017-26. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1 - AÇÃO SOCIAL

7.1.1 - Novos Processos de Ação Social Escolar

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da apresentação de três novos pedidos de apoio de ação social escolar – Alimentação, e após análise dos documentos apresentados, propõe-se o seguinte: -----

Nome Educando	Encarregado de Educação	Morada	Proposta
Tatiana Yara Almeida Gonçalves	Maria Isabel Marques Barata	CAT – Dornelas do Zêzere	Isenção
Jeremias Rafael Gil	Marilyna Vanessa Gil Reira	São Martinho - Barroca	Isenção
Bruno Miguel Camacho Ferreira	Cátia Sofia Gomes Camacho Ferreira	Aldeia do Meio – Pampilhosa da Serra	Isenção



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- *À consideração superior.* -----
----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
----- Esteve presente o Senhor José Nunes Barata, de Ceiroquinho, freguesia de Fajão-Vidual, que expôs algumas considerações relativamente aos recentes incêndios ocorridos no Concelho e sugeriu a colocação de painéis informativos nas freguesias, com as disposições legais sobre a prevenção. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica que a redigi e subscrevi. -----




